



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638371 - ES (2021/0000725-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CLAUDINER REZENDE DA SILVA - MG087219  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : SERGIO PEREIRA ARAUJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SERGIO PEREIRA ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Apelação n. 0033581-08.2018.8.08.0024).

O paciente foi condenado, em razão do provimento do apelo do *parquet*, à pena de 6 anos e 3 meses de reclusão como incurso no art. 33, caput, c/c art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do inadequado cálculo da sanção, que não poderia ter utilizado a pequena quantidade de drogas para exasperar a pena na primeira fase. Narra ainda quanto à imprescindibilidade de detração, em especial após a readequação da dosimetria.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para redução da pena e a promoção da detração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente